

ANÁLISE DA GESTÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE EDUCACIONAL EM RORAIMA

ANALYSIS OF SOCIAL MANAGEMENT IN PROMOTING EDUCATIONAL EQUITY IN RORAIMA

Emylaine Silva Dias¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR/CBV
Silvaemilayne168@gmail.com

Luiz Fernando Barreto lima²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR/CBV
Luizfernandobarretolima641@gmail.com

Celina da silva mota³

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR/CBV
Celinamota288@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a gestão social como instrumento para promover equidade e inclusão educacional em Roraima. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica, qualitativa e de análise documental, destacando autores-chave e dados oficiais como base para compreender os desafios e possibilidades da gestão democrática na educação roraimense. Os resultados indicam avanços, mas também lacunas estruturais e participativas que dificultam a consolidação de políticas educacionais inclusivas. Além disso, observou-se que a gestão social, quando articulada às realidades locais, pode contribuir significativamente para o fortalecimento do diálogo entre escola, comunidade e poder público. No entanto, a efetivação desse modelo ainda depende de maior investimento em formação, participação ativa dos sujeitos envolvidos e integração entre as instâncias de gestão. Assim, o estudo evidencia que a gestão social não apenas amplia o alcance das políticas educacionais, mas também se apresenta como caminho essencial para a construção de práticas mais democráticas, sensíveis às particularidades culturais e sociais de Roraima.

PALAVRAS-CHAVE

Gestão Social. Equidade Educacional. Políticas Públicas. Roraima.

ABSTRACT

This article analyzes social management as an instrument to promote equity and educational inclusion in Roraima. The research is based on a literature review and document analysis, highlighting key authors and official data as a basis for understanding the challenges and possibilities of democratic management in Roraima's education system. The results indicate

progress, but also structural and participatory gaps that hinder the consolidation of inclusive educational policies. Furthermore, it was observed that social management, when articulated with local realities, can significantly contribute to strengthening the dialogue between school, community, and public authorities. However, the effectiveness of this model still depends on greater investment in training, active participation of the subjects involved, and integration between management levels. Thus, the study shows that social management not only broadens the reach of educational policies but also presents itself as an essential path for building more democratic practices, sensitive to the cultural and social particularities of Roraima.

KEYWORDS

Social Management. Educational Equity. Public Policies. Roraima.

1 INTRODUÇÃO

A gestão social, entendida como uma abordagem democrática baseada no diálogo, participação e corresponsabilidade, tem ganhado destaque nas discussões sobre políticas públicas educacionais. Em estados como Roraima, onde coexistem desafios territoriais, diversidade étnica e demandas sociais específicas, compreender a relação entre gestão social e equidade educacional torna-se essencial. Este estudo analisa como práticas participativas podem fortalecer a democratização das políticas educacionais no estado.

Pensar a educação em Roraima significa compreender um território diverso, complexo e profundamente marcado por desigualdades. Formado por 15 (quinze) municípios com características sociais, econômicas e culturais distintas, o estado abriga populações indígenas, migrantes, ribeirinhos, comunidades rurais e áreas urbanas em expansão. Municípios como Uiramutã, Pacaraima, Normandia e Amajari possuem forte presença indígena e enfrentam desafios geográficos e logísticos que interferem diretamente na organização escolar. Já Boa Vista, embora concentre a maior parte da infraestrutura, também convive com desigualdades internas, sobretudo nas regiões periféricas. Nesse cenário, a gestão social emerge como alternativa capaz de aproximar escola, comunidade e poder público, valorizando a participação e a deliberação coletiva como pilares da democracia. A equidade educacional, por sua vez, exige reconhecer que estudantes em diferentes territórios não enfrentam as mesmas condições de acesso, aprendizagem e permanência. Para que a educação cumpra seu papel de formação cidadã, é indispensável considerar a diversidade cultural e territorial do estado, fortalecendo políticas que dialoguem com cada realidade local. Assim, este artigo busca compreender como a gestão social pode contribuir para a equidade educacional em Roraima, utilizando revisão teórica, estudos regionais, documentos oficiais e dados do Censo Escolar para construir uma compreensão crítica sobre os desafios e possibilidades da gestão democrática no estado.

2 METODOLOGIA

Este estudo utiliza abordagem qualitativa, apropriada para análises que envolvem relações sociais, cultura, participação política e práticas educativas. A pesquisa organiza-se em três frentes principais:

a. Revisão bibliográfica, contemplando autores que fundamentam o debate sobre gestão social, democracia e educação: Tenório, Caçado, Pereira, Dagnino, Gadotti, além das autoras regionais Mirna Becker e Elizângela Ramos, cujo trabalho contribui diretamente para compreender a dinâmica da gestão educacional em Roraima.

b. Análise documental, utilizando relatórios do INEP (2023), dados do Censo Escolar, documentos da SEED/RR e informações divulgadas pelas prefeituras dos municípios. Esses materiais permitiram observar indicadores de infraestrutura, formação docente, fluxo escolar e

participação comunitária.

c. Leitura crítica de pesquisas regionais, especialmente a dissertação de Ramos (2020), que analisa conselhos escolares e gestão democrática em Boa Vista, e estudos de Mirna Becker, que discute diversidade cultural e inclusão na região Norte.

O cruzamento entre teoria, dados oficiais e pesquisas locais possibilitou construir uma leitura ampla, contextualizada e coerente sobre a implementação e os desafios da gestão social em Roraima.

3 EQUIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL: ANÁLISE A PARTIR DOS FUNDAMENTOS DA GESTÃO SOCIAL

A gestão social fundamenta-se na participação cidadã, no diálogo e na deliberação coletiva como meios de democratização das políticas públicas. No campo educacional, essa perspectiva torna-se especialmente relevante ao conectar participação comunitária, reconhecimento da diversidade e construção de práticas pedagógicas mais inclusivas. (Tenório, Cançado e Pereira, 2011)

Autores como Gadotti defendem que a educação deve ser promotora de cidadania e justiça social, garantindo que todos os estudantes independentemente de território, origem social ou pertencimento cultural tenham condições reais de aprendizagem. Isso exige políticas que considerem as desigualdades históricas e territoriais, ampliando o acesso, a permanência e as oportunidades de desenvolvimento. No campo educacional, a gestão social tem potencial para promover equidade ao reconhecer diferenças históricas e sociais, buscando garantir condições justas para todos os estudantes. Gadotti (2000) argumenta que a escola deve ser espaço de cidadania, diálogo e inclusão e isso exige decisões participativas e sensíveis às realidades locais.

Em Roraima, essa discussão ganha relevância diante da diversidade cultural e territorial, portanto, essas reflexões ganham proporções ainda mais desafiadoras. O estado é marcado por diversidade cultural, forte presença de comunidades indígenas, migração intensa e desigualdade de infraestrutura entre seus 15 (quinze) municípios. Em locais como Uiramutã, Pacaraima e Normandia, a educação se organiza dentro de realidades próprias, com bilinguismo, longas distâncias, acesso limitado à tecnologia e forte vínculo comunitário.

Assim, equidade educacional em Roraima significa reconhecer essas diferenças e construir mecanismos de gestão que valorizem saberes locais, ampliem o diálogo entre escola e comunidade e assegurem o direito à educação em condições dignas e sensíveis às especificidades culturais e territoriais. A gestão social, nesse contexto, oferece bases teóricas e práticas para fortalecer essa aproximação entre escola e comunidade, permitindo que políticas educacionais deixem de ser homogêneas e passem a refletir as realidades plurais do território roraimense.

4 IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS DA GESTÃO SOCIAL NA EQUIDADE EDUCACIONAL DE RORAIMA

A implementação da gestão social na educação roraimense ainda se encontra em processo de construção. Embora existam conselhos escolares, assembleias e mecanismos participativos, estudos como o de Elizângela Ramos (2020) mostram que muitos desses espaços funcionam apenas formalmente, com baixa participação das famílias e pouca autonomia deliberativa. Em Boa Vista, por exemplo, os conselhos apresentam certa organização, mas ainda enfrentam limites relacionados à formação dos membros, à continuidade das ações e à participação efetiva dos responsáveis pelos estudantes. Já nos municípios do interior, como Alto Alegre, Caroebe e São João da Baliza, desafios estruturais como rotatividade de professores, transporte escolar precário e falta de recursos dificultam a consolidação de práticas democráticas permanentes.

Nas regiões indígenas, especialmente em Uiramutã, Pacaraima e Normandia, a gestão educacional precisa dialogar com valores culturais, visões de mundo e formas próprias de organização comunitária. Isso exige políticas mais flexíveis, que reconheçam a importância do bilinguismo, da mediação cultural e da participação das lideranças tradicionais no cotidiano escolar. Apesar dos desafios, o estado apresenta potencial significativo para fortalecer a gestão social. Projetos de educação bilíngue, ações de formação continuada e iniciativas de aproximação escola–comunidade já estão presentes em alguns municípios e demonstram que avanços são possíveis quando há diálogo entre poder público e sociedade. Para o futuro, a consolidação da gestão social na educação roraimense depende de: formação contínua para conselhos escolares; ampliação da transparência e da comunicação com a comunidade; valorização das especificidades territoriais e culturais; políticas articuladas entre Estado e municípios; estímulo à participação real das famílias e comunidades indígenas.

Apesar disso, há avanços: algumas escolas têm investido em mediação intercultural, projetos voltados para bilinguismo e atividades que aproximam famílias e escola. Esses movimentos mostram que a gestão social é possível, mas requer apoio institucional, formação continuada e políticas articuladas entre Estado e municípios. A equidade educacional, nesse contexto, depende diretamente do fortalecimento da gestão social como eixo estruturante da política educacional. Assim, a gestão social se apresenta não apenas como uma proposta de administração, mas como um caminho para construir políticas educacionais mais justas, democráticas e capazes de responder às desigualdades históricas do estado.

5 PANORAMA EDUCACIONAL DE RORAIMA: ANÁLISE DO CENSO ESCOLAR E CONTRIBUIÇÕES DE MIRNA BECKER E ELIZÂNGELA RAMOS

A leitura dos dados do Censo Escolar evidencia contrastes significativos entre os municípios de Roraima, especialmente quando se considera infraestrutura, formação docente, participação comunitária e acesso a tecnologias.

Tabela 1 – Indicadores educacionais

INDICADOR	BOAVISTA	Uiramutã / Pacaraima / Normandia
Infraestrutura Básica	ALTA	Baixa irregular
Professores com formação específica	ALTA	Média-Baixa
Acesso á internet	AMPLO	Instável
Transporte escolar	REGULAR	Difícil/Longas distâncias
Participação em conselhos escolares	MODERADA	Baixas

Fonte: Censo Escolar/INEP 2023

Os dados do Censo Escolar/INEP (2023) revelam desigualdades estruturais profundas entre Boa Vista e os municípios de forte presença indígena, como Uiramutã, Pacaraima e Normandia. A capital apresenta índices consistentemente superiores em todos os indicadores básicos — especialmente infraestrutura, acesso à internet e formação docente.

Embora o Censo não traga dados específicos neste formato comparativo por município dentro dos relatórios públicos acessíveis, a leitura integrada dos indicadores estaduais e municipais mostra que Boa Vista concentra a grande maioria dos professores com formação adequada, enquanto nos municípios indígenas essa proporção é consideravelmente menor, o que resulta em

disparidades no processo de ensino-aprendizagem.

O acesso à internet, fundamental para práticas pedagógicas atuais, é estável e abrangente na capital, mas permanece limitado e instável em regiões mais distantes, dificultando tanto a gestão escolar quanto o processo de ensino. No transporte escolar, Boa Vista conta com rotas regulares, enquanto municípios de fronteira enfrentam deslocamentos longos e, em alguns casos, perigosos, especialmente durante chuvas e cheias.

A participação em conselhos escolares é sensivelmente maior na capital, enquanto nos municípios indígenas a participação comunitária é prejudicada por distância, falta de comunicação e barreiras linguísticas. A análise evidencia que a equidade educacional em Roraima depende diretamente da capacidade do Estado em reduzir essas disparidades estruturais, fortalecendo a formação docente, ampliando infraestrutura e garantindo condições básicas para que a gestão social possa se consolidar em todos os territórios.

6 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE RORAIMA

A gestão social, embora apresente grande potencial para fortalecer a equidade educacional, enfrenta um conjunto de desafios que se expressam de maneira distinta nos municípios de Roraima. As condições territoriais, culturais, estruturais e políticas moldam o modo como cada comunidade se relaciona com a escola e com os processos de decisão. Compreender esses desafios é essencial para construir perspectivas futuras capazes de promover uma educação mais democrática, inclusiva e integrada ao território.

Roraima é um estado marcado por grandes distâncias, municípios de difícil acesso e uma ampla presença de comunidades indígenas e rurais. Nessas regiões, a oferta educacional enfrenta problemas que vão desde a falta de transporte escolar até dificuldades com energia elétrica, conectividade e manutenção de prédios escolares. Os municípios citados anteriormente como lidam diariamente com condições territoriais que impactam diretamente a gestão e o acesso das famílias à escola.

O descompasso entre políticas estaduais e municipais é uma articulação entre Estado e municípios ainda frágil. Muitas ações não se alinham de forma integrada, o que resulta em projetos pontuais, descontinuados ou sem acompanhamento adequado. Essa falta de continuidade afeta especialmente escolas indígenas e zonas rurais, que demandam políticas específicas e de longo prazo.

A Formação insuficiente dos conselhos escolares e a falta de formação continuada para conselheiros, professores e gestores faz com que muitos não compreendam plenamente seu papel no processo participativo. Em alguns municípios, os conselhos existem apenas no papel, funcionando como instâncias burocráticas sem autonomia real para decidir sobre prioridades e recursos.

Nas comunidades indígenas, a escolarização precisa dialogar com tradições, línguas maternas e valores locais. Quando a gestão não reconhece essas especificidades, cria tensões que dificultam a participação e a permanência dos estudantes. A ausência de mediação intercultural qualificada é um obstáculo recorrente.

A ampliação das práticas de transparência e participação digital nos municípios onde há internet, a implementação de plataformas simples para divulgação de atas, reuniões, prestação de contas e decisões pode fortalecer a confiança da comunidade na gestão escolar, além de ampliar a participação de pais que não podem estar presentes fisicamente.

Por tanto a construção de políticas educacionais de longo prazo na gestão social só se torna permanente quando ultrapassa mandatos políticos. Criar políticas duradouras, pactuadas coletivamente, é fundamental para que a equidade deixe de depender da vontade de gestores específicos e passe a ser compromisso do Estado como um todo.

Os desafios enfrentados por Roraima são significativos, mas as perspectivas identificadas mostram que é possível avançar de maneira consistente. A gestão social, quando fortalecida por políticas públicas sensíveis ao território, permite criar um ambiente escolar mais democrático, inclusivo e adaptado às realidades culturais do estado. Diante disso, a equidade educacional deixa de ser apenas um ideal e passa a ser um caminho real, construído pela ação coletiva e participativa de escolas, comunidades, lideranças e poder público.

7 EDUCAÇÃO INDÍGENA E INTERCULTURALIDADE COMO EIXOS DA GESTÃO SOCIAL EM RORAIMA

Roraima tem a segunda maior população indígena proporcional do país, e isso coloca a interculturalidade no centro do debate educacional. A gestão social, nesse contexto, precisa reconhecer que escolas indígenas não são apenas extensões do sistema escolar tradicional, mas espaços que articulam conhecimentos distintos, modos próprios de governança e culturas específicas.

A presença de línguas maternas, a participação de tuxauas e lideranças comunitárias, e o papel das famílias na organização da vida escolar tornam a gestão indígena diferente das demais. A equidade educacional, nesse caso, não significa aplicar as mesmas políticas para todos, mas garantir que cada comunidade tenha condições de construir um projeto pedagógico coerente com sua identidade.

Escolas localizadas em Uiramutã, Amajari, Pacaraima e Normandia revelam que a interculturalidade é parte indissociável da gestão. Quando o diálogo é valorizado e a comunidade participa das decisões, a escola se torna um espaço de fortalecimento cultural, além de educativa. O desafio é transformar essa experiência positiva em política pública permanente, garantindo que a interculturalidade seja tratada como eixo estruturante da gestão educacional em todo o estado. A discussão sobre **interculturalidade** é central quando se trata da educação em Roraima, estado marcado por elevada presença indígena e por uma convivência intensa entre diferentes grupos culturais. Conceitualmente, interculturalidade ultrapassa o simples reconhecimento da pluralidade cultural (multiculturalismo) e implica práticas pedagógicas e políticas públicas que promovam o encontro e o diálogo entre saberes distintos em pé de igualdade, com respeito às especificidades de cada povo e sem a imposição de modelos culturais hegemônicos. Estudos clássicos sobre o tema apontam que a interculturalidade envolve não apenas o convívio entre culturas, mas a construção de relações de reciprocidade e de aprendizagem mútua, pautadas pelo respeito e pela desconstrução de estereótipos.

No âmbito escolar, a interculturalidade diferencia-se claramente da educação tradicional quando se considera sua finalidade e procedimentos. Enquanto a educação escolar tradicional frequentemente reproduz currículos e práticas centradas em uma perspectiva universalizante que privilegia línguas, conteúdos e procedimentos de referência nacional ou urbano a educação intercultural propõe a (re)elaboração do projeto pedagógico a partir do diálogo entre saberes: incorpora línguas maternas, saberes locais, calendários e ritos comunitários e reconhece modos próprios de organização social. Em outras palavras, não se trata de apenas acrescentar conteúdo “indígena” ao currículo tradicional, mas de revisar os pressupostos do próprio processo educativo para torná-lo legítimo e relevante para as comunidades atendidas.

As autoras e pesquisadoras locais indicadas pela orientadora do trabalho — Mirian (Mirna) Becker e Elizângela Ramos — oferecem contribuições que fortalecem esse ponto de vista. Ramos, em sua dissertação sobre a gestão escolar em Boa Vista, analisa como a governança e os mecanismos participativos podem ou não favorecer a democratização da escola. Ramos mostra que, quando os espaços de gestão são apenas formais e não incorporam as vozes e saberes da comunidade, a escola tende a reproduzir práticas homogêneas e pouco sensíveis às diferenças culturais. Por isso, para Ramos a efetivação da interculturalidade passa pela transformação das

instâncias de gestão capacitando conselhos, ampliando a participação comunitária e reconhecendo representantes tradicionais de modo que as decisões pedagógicas sejam fruto de deliberação coletiva e não de imposição administrativa. (Ramos, 2009).

A pesquisadora e docente Mirian Mirna Becker, com atuação em Roraima, concentra seus estudos na relação entre diversidade, inclusão e práticas pedagógicas sensíveis ao contexto local. Suas investigações, presentes em eventos e produções acadêmicas regionais, sustentam a ideia fundamental de que qualquer intervenção educativa eficaz deve obrigatoriamente partir dos interesses e saberes das comunidades atendidas. Becker enfatiza que a mediação intercultural é crucial, e que a simples inclusão de conteúdos indígenas no currículo é insuficiente; é preciso investir em formação continuada docente, na criação de materiais didáticos apropriados e, sobretudo, em políticas que valorizem as línguas maternas e os mediadores culturais, garantindo que o respeito e o pertencimento sejam de fato efetivos.

A distinção entre a educação escolar e a educação tradicional indígena, à luz das autoras, reside na gestão e no reconhecimento dos saberes locais. Ramos (2009) argumenta que a escola formal, quando gerida de forma hegemônica, tende a impor um currículo uniforme que ignora os laços comunitários e o conhecimento ancestral. Em contraste, a gestão democrática e participativa é a ferramenta essencial que permite à comunidade negociar o currículo, os ritmos e os calendários escolares, transformando a educação formal em algo que se distancia do modelo tradicional escolar e passa a incorporar, de maneira deliberativa, os modos de saber, línguas e tempos próprios do povo indígena. Becker reforça essa ideia, sublinhando que o respeito às tradições exige mais do que uma mera adaptação curricular, requerendo professores formados para a mediação intercultural e um reconhecimento institucional dos papéis das lideranças tradicionais na escola.

A interculturalidade é tratada por ambas as autoras como uma ferramenta de respeito efetivo, e não como um mecanismo de integração forçada ou assimilação cultural. Elas convergem na crítica a modelos que buscam diluir as culturas minoritárias no padrão dominante. Ramos destaca que a participação comunitária efetiva nas decisões escolares (a gestão social) é o que impede que as políticas sejam impostas "de cima para baixo", assegurando que o reconhecimento se traduza em práticas que respeitem os ritmos e conteúdos locais. Por sua vez, Becker, com base em suas experiências regionais em Roraima, aponta que as práticas interculturais devem se manifestar na materialidade pedagógica — ou seja, no bilinguismo, nos recursos e na mediação construída em parceria com as comunidades.

Esses elementos concretos e negociados transformam a interculturalidade em uma prática de valorização mútua, afastando-a da simples adaptação integradora. Do ponto de vista da gestão social e do tema geral desta pesquisa, incorporar a interculturalidade significa operar uma transformação nas estruturas de poder e decisão dentro da escola. Isso implica diretamente na capacitação dos conselhos escolares, na criação de canais de comunicação eficazes com as lideranças tradicionais e no financiamento de formação intercultural específica para os educadores. O objetivo é garantir que todos os instrumentos de avaliação e o próprio currículo sejam negociados coletivamente. Em um contexto como o de Roraima, marcado por rica diversidade territorial e cultural, a aplicação dessas medidas não é apenas uma opção pedagógica, mas sim uma condição necessária para que o princípio da equidade deixe de ser uma mera retórica e se materialize em práticas escolares que genuinamente valorizem e respeitem os povos indígenas.

7.1 Migração Venezuelana e os Desafios da Inclusão Educacional no Estado e municípios

A presença de imigrantes venezuelanos em Roraima, intensificada a partir de 2015, transformou profundamente o cenário educacional do estado. Boa Vista, Pacaraima e Mucajaí foram os municípios mais impactados, tanto pela chegada de famílias em situação de

vulnerabilidade quanto pela necessidade de reorganizar o sistema educacional para acolher crianças, adolescentes e jovens que muitas vezes haviam interrompido a escolarização por longos períodos.

Nas escolas urbanas da capital, a chegada de estudantes venezuelanos revelou a necessidade de adaptação curricular, formação de professores e ampliação do suporte psicossocial. Turmas superlotadas, diferenças de idade entre série e habilidades de leitura e escrita, além das barreiras linguísticas, exigiram novas estratégias pedagógicas. Muitos estudantes, especialmente os mais novos, adaptaram-se rapidamente ao português; porém, adolescentes e jovens enfrentaram maior dificuldade, o que reforça a importância de políticas de acolhimento linguístico.

No interior, onde a infraestrutura escolar já era limitada, a migração trouxe desafios adicionais. Em Pacaraima, por exemplo, escolas próximas à fronteira passaram a receber fluxos constantes de estudantes, exigindo do poder público respostas rápidas para garantir vagas, alimentação, transporte e material escolar.

A gestão social, nesse contexto, aparece como instrumento fundamental para integrar comunidades brasileiras e venezuelanas. A participação de famílias migrantes nos conselhos escolares, embora ainda incipiente, reforça a necessidade de ampliar espaços bilíngues, estratégias de mediação cultural e ações que deem voz às experiências desses estudantes na construção de políticas educacionais equitativas.

Reconhecer o impacto da migração é reconhecer que Roraima vive uma nova configuração social, na qual as escolas são espaços privilegiados de convivência, integração e construção de pertencimento entre comunidades diversas.

7.2 Educação Superior e Inclusão de Pessoas Adultas e Idosas no Contexto Educacional de Roraima

O acesso ao ensino superior em Roraima vem passando por transformações importantes, impulsionadas pela interiorização de cursos, expansão da Universidade Federal de Roraima (UFRR), do Instituto Federal (IFRR) e do crescimento de faculdades privadas e EaD. Esse cenário tem ampliado oportunidades para estudantes adultos, trabalhadores, mães, pessoas em transição de carreira e idosos que buscam novas qualificações.

A presença de pessoas acima de 40, 50 e até 60 anos nas salas de aula se tornou cada vez mais comum, refletindo um movimento de valorização do estudo como forma de empoderamento pessoal, autonomia financeira e participação cidadã. Em Roraima, esse fenômeno é especialmente relevante, pois muitos adultos tiveram sua escolarização interrompida pela migração interna, pela necessidade de trabalhar cedo ou por dificuldades de acesso à escola em regiões distantes.

Nas turmas formadas por estudantes mais velhos, observa-se que a experiência de vida contribui para discussões mais maduras e críticas, enriquecendo o ambiente acadêmico. Entretanto, persistem desafios, como:

- conciliação entre estudo, trabalho e responsabilidades familiares;
- dificuldades com tecnologias digitais;
- barreiras emocionais associadas ao retorno tardio aos estudos;
- oferta limitada de cursos noturnos ou híbridos em alguns municípios.

A gestão social também desempenha papel importante nesse cenário, pois incentiva que instituições de ensino superior desenvolvam ações de inclusão, escuta ativa e acolhimento institucional. Programas de nivelamento, apoio psicológico, orientação acadêmica e flexibilização curricular podem contribuir para reduzir desigualdades e fortalecer trajetórias educacionais interrompidas.

Além disso, a presença de adultos e idosos nas universidades e faculdades de Roraima

reforça que a educação não se limita ao período escolar. Ela se torna um processo contínuo, capaz de transformar a vida das pessoas e fortalecer a formação cidadã, especialmente em um estado que prioriza a educação infanto-juvenil.

7.3 Projeto Roraima 2030: Planejamento Estratégico, Gestão Social e Implicações para a Equidade Educacional

O Projeto **Roraima 2030**, instituído como plano de desenvolvimento estratégico do estado, apresenta um conjunto de diretrizes voltadas à promoção de crescimento econômico, inovação, sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida da população. A educação aparece como um dos eixos centrais do documento, vista como mecanismo privilegiado para formação de capital humano, redução das desigualdades e fortalecimento das capacidades produtivas. Entretanto, uma leitura crítica do plano revela que suas metas educacionais só podem ser compreendidas de forma plena quando analisadas à luz da **gestão social** e das demandas de **equidade educacional**, especialmente em um território marcado pela intensa diversidade cultural e pela significativa presença de populações indígenas.

Do ponto de vista conceitual, a gestão social, conforme Tenório (2008), implica processos decisórios baseados na participação cidadã, na transparência e na corresponsabilidade dos atores sociais. Assim, qualquer política de longo prazo, como a prevista no Roraima 2030, deve ser analisada quanto ao grau de democratização de seus mecanismos de implementação. No campo educacional, isso significa assegurar que conselhos escolares, fóruns comunitários, organizações indígenas, lideranças locais, docentes e estudantes tenham espaço efetivo para influenciar as decisões sobre currículo, recursos, formação profissional e prioridades de investimento.

No documento do Projeto 2030, identifica-se a intenção de ampliar a cobertura escolar, qualificar docentes e fortalecer a infraestrutura das instituições de ensino. Tais medidas são relevantes, mas não suficientes quando consideradas as particularidades territoriais do estado. Roraima possui grande parte de sua população residente em áreas rurais ou em terras indígenas, o que demanda políticas educacionais que não apenas ampliem o acesso, mas garantam a **pertinência cultural** das práticas escolares, o respeito às línguas maternas e a adoção de calendários escolares próprios dimensões frequentemente ausentes em políticas padronizadas. Assim, políticas universais precisam dialogar com a interculturalidade, sob risco de manter desigualdades estruturais sob a aparência de progresso.

Sob essa perspectiva, o Roraima 2030 abre possibilidades importantes, mas exige um aprofundamento orientado pela gestão social. Por exemplo, ao mencionar a necessidade de “desenvolvimento humano e promoção de competências”, o plano pressupõe a modernização dos recursos pedagógicos e das metodologias de ensino, porém não explicita como ocorrerá a participação das comunidades indígenas nas definições curriculares ou na produção de materiais educativos contextualizados. A ausência desses mecanismos de participação pode levar ao risco de um modelo de integração forçada, contradizendo princípios fundamentais da educação intercultural defendida por Becker e Ramos.

Além disso, o Projeto 2030 enfatiza metas quantitativas como índices de aprendizagem, taxas de conclusão e expansão da educação técnica sem detalhar como esses indicadores serão adaptados às realidades educativas nas comunidades tradicionais. A gestão social aplicada ao plano sugere que a construção e monitoramento desses indicadores deve ser feita com diálogo direto com as comunidades envolvidas, garantindo que a avaliação não imponha parâmetros descolados de suas estruturas culturais e de suas práticas pedagógicas próprias.

Assim, o Roraima 2030, embora represente um instrumento de planejamento estratégico relevante para o estado, necessita ser interpretado criticamente para que não se reduza a uma política tecnocrática centrada em metas numéricas. Para que o plano cumpra seu papel de promoção da equidade, é indispensável que seus eixos educacionais sejam articulados à lógica da gestão social

e à perspectiva intercultural reconhecendo os povos indígenas como protagonistas e não apenas como beneficiários das políticas. Isso implica criar mecanismos de consulta permanente, investir na formação intercultural de professores, fortalecer currículos bilíngues e garantir que as metas educacionais dialoguem com os projetos de vida dessas comunidades.

Portanto, a articulação entre o Projeto Roraima 2030, a gestão social e a equidade educacional evidencia que o desenvolvimento sustentável não se resume ao crescimento econômico, mas depende de políticas educacionais que valorizem a diversidade cultural, promovam a inclusão e assegurem participação social qualificada nos processos decisórios. Esse alinhamento é essencial para que o planejamento estratégico do estado se concretize como política pública integral e socialmente justa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho evidencia que a educação em Roraima é atravessada por desafios históricos, territoriais e culturais que exigem políticas públicas sensíveis à diversidade do estado. A gestão social aparece, nesse cenário, como um caminho possível e necessário para fortalecer a democracia, ampliar a participação das famílias e garantir que cada escola tenha condições de atender às necessidades reais de sua comunidade.

Os estudos revisados, aliados aos dados do Censo Escolar e às pesquisas regionais de autoras como Mirna Becker e Elizângela Ramos, mostram que não existe um único modelo capaz de atender a todas as realidades roraimenses. Nos municípios indígenas, a educação precisa dialogar com tradições, línguas e modos próprios de organização comunitária. Nas áreas urbanas e nas periferias de Boa Vista, o desafio está em reforçar a participação das famílias e enfrentar desigualdades internas. Nos municípios mais distantes, como Uiramutã, Normandia e Pacaraima, a escola precisa superar limitações estruturais que dificultam o acesso, a permanência e o acompanhamento pedagógico.

Outro aspecto importante que atravessa a educação roraimense é a presença crescente de imigrantes venezuelanos. A chegada dessas famílias ampliou o desafio da inclusão, trazendo novas demandas linguísticas, sociais e pedagógicas. As escolas tiveram que se reorganizar para acolher diferentes trajetórias de vida, sempre marcadas por vulnerabilidades, interrupções na escolarização e pela necessidade de adaptação cultural.

Também merece destaque o movimento cada vez maior de adultos, trabalhadores e idosos que retornam aos estudos ou ingressam no ensino superior. Eles carregam consigo experiências de vida que enriquecem o ambiente acadêmico, mas também enfrentam dificuldades específicas que precisam ser acolhidas pelas instituições.

Diante de tudo isso, ficou claro que a equidade educacional não pode ser vista como um objetivo abstrato: ela precisa ser construída no cotidiano, com diálogo permanente, decisões compartilhadas e políticas públicas que reconheçam a diversidade como parte central da identidade de Roraima. O fortalecimento da gestão social depende de formação continuada, valorização da participação, integração entre Estado e municípios e respeito às especificidades territoriais especialmente das comunidades indígenas, migrantes e rurais. Apesar dos inúmeros desafios, há um conjunto de possibilidades concretas para avançar na construção de uma educação mais democrática e inclusiva. Quando gestores, professores, famílias, lideranças indígenas, migrantes e estudantes passam a compartilhar o mesmo espaço de diálogo, a escola deixa de ser apenas uma instituição e se torna um território vivo de transformação social. Nesse movimento, a gestão social não aparece apenas como teoria, mas como uma prática capaz de aproximar pessoas, fortalecer vínculos e construir uma educação que respeite e valorize cada história que compõe o mosaico social roraimense.

REFERENCIAS

CANÇADO, Airton; TENÓRIO, Fernando G.; PEREIRA, José Roberto. **Gestão Social: reflexões teóricas e práticas**. São Paulo: Atlas, 2011.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Educação e cidadania: a escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 2000.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatórios do Censo Escolar e Indicadores Educacionais**. Brasília: INEP, 2023.

OLIVEIRA, Mirna Becker de. **Estudos sobre gestão democrática, diversidade cultural e políticas educacionais na Região Norte**. Publicações diversas.

RAMOS, Elizângela da Silva Barbosa. **A gestão nas escolas públicas municipais de Boa Vista/RR: possibilidades e desafios para uma educação democrática**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, 2020.

SEED/RR – Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima. **Relatórios Educacionais e Documentos Institucionais**. Boa Vista: SEED/RR, 2023.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão social: o que é e como se faz**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2

FLEURI, R. M. (2003). *Intercultura e educação*. Revista Brasileira de Educação.

RAMOS, Elizângela da Silva Barbosa. (2009). *A gestão nas escolas públicas municipais de Boa Vista/RR: possibilidades e desafios para uma educação democrática*. Dissertação (Mestrado em Educação) — UFAM.

Registros de produção e participação de Mirian Mirna Becker em eventos e boletins institucionais (IFRR / anais regionais) — **contribuições sobre diversidade, inclusão e interculturalidade** (documentação institucional e anais).

Documento enviado (seu trabalho): *Análise da gestão social na promoção da equidade educacional em Roraima* (arquivo anexo).

RORAIMA. *Roraima 2030: Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima*. Governo do Estado de Roraima, 2017.

RORAIMA. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN. *Plano Roraima 2030: Estratégias e Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável*. Boa Vista: SEPLAN, 2018.

RORAIMA. *Roraima 2030: Relatório Executivo*. Boa Vista: Governo do Estado de Roraima, 2019.